



# REALISMO POLÍTICO EM O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL

*Leio Favacho Braga*<sup>1</sup>

*Aline Nascimento Braga*<sup>\*1</sup>

*Maria Gilvania da Silva Alves*<sup>\*\*1</sup>

*Vicente Ferrer Pureza Aleixo*<sup>\*\*\*1</sup>

*Shirsley Joany dos Santos da Silva*<sup>\*\*\*\*1</sup>

*Carlos Alberto Brito da Silva Júnior*<sup>\*\*\*\*\*1</sup>

*Alessandra Nascimento Braga*<sup>\*\*\*\*\*1</sup>

---

## Resumo

Neste ensaio, exploramos a filosofia política de Maquiavel em O Príncipe, enfatizando a interação entre poder, moralidade e estratégia na liderança. A análise tem como objetivo examinar criticamente os conceitos de Virtù e Fortuna, essenciais para compreender a influência de fatores internos e externos na política e na condição humana. Com uma abordagem crítica e uma revisão da literatura acadêmica, buscamos desafiar interpretações simplistas, propondo que Maquiavel oferece

## Palavras-chave

Maquiavel;  
Virtù e Fortuna;  
Realismo Político;  
Liderança e Liberdade.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA); doutor em Educação pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE); professor da Secretaria de Estado de Educação do Pará. E-mail: leio.braga@escola.seduc.pa.gov.br.

<sup>\*1</sup> Mestra em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará (UFPA); doutoranda em Educação em Ciências e Matemáticas no PPGECEM, do Instituto de Educação Matemática e Científica, da UFPA. E-mail: aline.braga@iemci.ufpa.br.

<sup>\*\*1</sup> Licenciada em Filosofia pela Faculdade Pan Americana (FPA), especialista em Metodologia da Pesquisa Científica pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: a.gilvania46@gmail.com.

<sup>\*\*\*1</sup> Mestre e Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará (UFPA); professor da Faculdade de Física, Campus Ananindeua, da Universidade Federal do Pará (FACFIS-CANAN-UFPA). E-mail: ferrer@ufpa.br.

<sup>\*\*\*\*1</sup> Mestra e Doutora em Física pela Universidade Federal do Pará (UFPA); professora da Universidade Federal do Pará (FACFIS-CANAN-UFPA); E-mail: shirsley@ufpa.br.

<sup>\*\*\*\*\*1</sup> Mestre em Física, Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará (UFPA); professor da Universidade Federal do Pará (FACFIS-CANAN-UFPA). E-mail: cabsjr@ufpa.br.

<sup>\*\*\*\*\*1</sup> Mestra e Doutora em Física pela Universidade Federal do Pará (UFPA); professora da Universidade Federal do Pará (FACFIS-CANAN-UFPA) e Professora Permanente do MNPEF-SBF-UFPA; E-mail: alessandrabg@ufpa.br.

insights profundos sobre a política em sociedades complexas. Concluímos argumentando que ao examinar os limites e as possibilidades da liderança estratégica, Maquiavel nos leva a questionar até que ponto os líderes podem moldar a vontade coletiva, equilibrando eficácia e respeito pela liberdade de escolha.

---

#### *POLITICAL REALISM IN MACHIAVEL'S THE PRINCE*

---

##### **Abstract**

*In this essay, we explore Machiavelli's political philosophy in *The Prince*, emphasizing the interaction between power, morality and strategy in leadership. The analysis aims to critically examine the concepts of Virtù and Fortuna, essential to understanding the influence of internal and external factors on politics and the human condition. With a critical approach and a review of academic literature, we seek to challenge simplistic interpretations, proposing that Machiavelli offers profound insights into politics in complex societies. We conclude by arguing that, by examining the limits and possibilities of strategic leadership, Machiavelli leads us to question the extent to which leaders can shape the collective will, balancing effectiveness and respect for freedom of choice.*

---

##### **Keywords**

*Machiavelli;  
Virtù and Fortune;  
Political Realism;  
Leadership and  
Freedom.*

## **Introdução**

Este ensaio propõe uma análise filosófica e crítica da obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel, a partir de uma leitura aprofundada e de uma revisão da literatura acadêmica relevante. A abordagem de Maquiavel é marcada por uma visão pragmática e realista da política, que parte da premissa da natureza egoísta do ser humano, sendo o interesse próprio a principal motivação por trás das ações políticas. Esse entendimento fundamenta suas recomendações sobre como os governantes devem agir para conquistar e manter o poder, levando em consideração as complexas dinâmicas envolvidas no exercício do poder político.

A obra centraliza a relação entre dois conceitos-chave: *Virtù* e *Fortuna*. A *Virtù*, associada à habilidade estratégica e astúcia, é vista como essencial para que o governante se adapte às circunstâncias imprevisíveis da política. Já a *Fortuna*, representada pelo acaso e a sorte, desempenha um papel significativo na análise dos eventos políticos, influenciando as decisões dos governantes e os interesses em jogo entre príncipes e súditos. O ensaio também explora como a astúcia política, o poder militar e a capacidade de adaptação estratégica são cruciais para uma governança bem-sucedida.

O ensaio conclui enfatizando a ideia de que os atributos que influenciam um líder não se limitam à educação formal, mas incluem a formação da autoimagem política e um senso de pertencimento à realidade do governante. Nesse contexto, Skinner (1996) destaca a ênfase de Maquiavel na segurança como valor central na

governança, antes de considerar outros objetivos como honra e glória. Em “*O Príncipe*”, o valor básico à volta do qual Maquiavel organiza seu aconselhamento é o da segurança: opina-se que o príncipe tenha como prioridade ‘conservar seu estado’, e só depois disso considere as metas da honra, glória e fama” (Skinner, 1996, p. 176). Portanto, a visão de Maquiavel sobre a política caracterizada por seu realismo e pragmatismo continua a ser relevante e provocadora, oferecendo valiosos *insights* para a compreensão dos desafios contemporâneos da governança.

## Metodologia

Este ensaio adota uma abordagem analítica e crítica para explorar a filosofia política de Nicolau Maquiavel em sua obra seminal, *O Príncipe*. Inicialmente, realizamos uma leitura detalhada e minuciosa da obra original, concentrando-nos na interpretação dos conceitos de *Virtù* e *Fortuna*, fundamentais para compreender a estratégia política proposta por Maquiavel. A leitura da obra foi acompanhada de uma análise contextual, levando em consideração o ambiente político e social da época em que Maquiavel viveu e escreveu. Com isso, buscamos não apenas entender os conceitos isoladamente, mas também como eles interagem e se complementam dentro do pensamento de Maquiavel.

Em seguida, realizamos uma análise crítica das ideias do autor, confrontando-as com interpretações variadas e discussões acadêmicas contemporâneas, complementada por uma revisão abrangente da literatura existente sobre Maquiavel e sua obra *O Príncipe*. O ensaio explora uma ampla gama de fontes acadêmicas, incluindo artigos especializados, livros e estudos que fornecem uma base teórica sólida para analisar criticamente as políticas e estratégias propostas por Maquiavel. Essa revisão da literatura permite identificar diferentes perspectivas e debates sobre a interpretação dos conceitos de *Virtù* e *Fortuna*, bem como sobre a aplicação prática das ideias do autor na política moderna. Ao considerar a evolução das interpretações ao longo do tempo, buscamos situar Maquiavel tanto no contexto histórico quanto no panorama acadêmico atual, evidenciando a perenidade e a adaptação de suas ideias.

Além disso, a análise discursiva será utilizada para examinar como os conceitos de *Virtù* e *Fortuna* são aplicados na governança política, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e das estratégias de liderança descritas por Maquiavel em *O Príncipe*. Essa abordagem integradora oferece uma visão mais abrangente das contribuições de Maquiavel para a filosofia política contemporânea, destacando a relevância contínua de suas ideias. Embora o foco deste ensaio não seja analisar diretamente a política moderna à luz do pensamento de Maquiavel, é inevitável que a reflexão sobre os conceitos discutidos suscite questionamentos acerca de sua aplicabilidade nos contextos atuais. Ao integrar filosofia e prática, o ensaio sublinha a importância das contribuições de Maquiavel para a compreensão das complexidades da liderança e da governança.

## Realismo e pragmatismo na aquisição de poder

Nesta seção, exploramos a abordagem realista e pragmática de Maquiavel em sua obra *O Príncipe*, focando nas questões humanas envolvidas no exercício do poder. Refletimos sobre as complexidades dessas questões, destacando a análise de Maquiavel sobre a aquisição e manutenção do poder, independente dos princípios éticos tradicionais. Para Maquiavel, a política não se limita a uma questão de virtude moral, mas envolve estratégia e pragmatismo. Ele argumenta que a *Virtù*, caracterizada pela astúcia e habilidade política, é essencial para enfrentar as vicissitudes da *Fortuna* e consolidar o poder político.

Além disso, Maquiavel enfatiza a importância de um exército forte como pilar fundamental para a estabilidade do Estado, sugerindo que a força militar é indispensável para sustentar qualquer forma de governança. Essa perspectiva oferece *insights* profundos sobre como os líderes devem navegar em um ambiente político turbulento, priorizando a eficácia sobre considerações puramente éticas como delineado nas complexas dinâmicas de poder descritas por Maquiavel. Nesse sentido, o autor explica: “não pode haver boas leis onde não há bons exércitos, e onde há bons exércitos é forçoso haver boas leis, eu deixarei de lado o assunto relativo às leis para falar dos exércitos” (Machiavelli, 2019, p. 76).

Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não haveriam conseguido a longa observância das suas constituições, se estivessem desarmados, como nos nossos tempos ocorreu ao frade Jerônimo Savonarola, o qual viu as suas leis derrocarem quando a multidão começou a nelas não mais acreditar e ele carecia de meios, quer para manter obedientes os que antes acreditavam, quer para inspirar a fé nos outros (Machiavelli, 2019, p. 43-44).

Como exemplificado por Maquiavel, é evidente que a *Virtù*, conforme descrita por ele, consiste essencialmente em uma prudência sustentada pelo poder militar, que se opõe diretamente à *Fortuna* quando respaldada pela força armada. Assim, *Virtù* e *Fortuna* mantêm um conflito irreconciliável, sendo que apenas a *Virtù* - que combina prudência com força militar - tem a capacidade de moldar os acontecimentos, direcionando-os conforme os interesses do líder. Maquiavel aprofunda sua análise sobre o poder, sua manutenção e a liderança política, reconhecendo que, em um cenário instável e desafiador, é necessário adotar ações táticas e difíceis para preservar o poder.

A partir dessa compreensão, as noções fundamentais de *Virtù* e *Fortuna* oferecem uma visão essencial da gramática do poder, composta pelas regras estruturais que regem a interação entre essas duas forças: a habilidade de influenciar os acontecimentos e a necessidade de lidar com as contingências externas. Reconhecer essa dinâmica revela que o exercício do poder exige mais do que uma simples reação às circunstâncias: requer uma estratégia proativa que combine controle interno e adaptação ao imprevisível. O governante, por sua vez, deve compreender não apenas a sua própria natureza, mas também a de seus súditos, que, segundo Maquiavel, “são geralmente ingratos, volúveis, simuladores, covardes ante os perigos, ávidos de lucro” (Machiavelli, 2019, p. 100). A

compreensão desses elementos determina o passo à frente que o governante precisa ter sobre a natureza humana.

Para uma boa governança e manutenção do poder, a compreensão da natureza volúvel dos súditos é complementada pela preparação contínua e pela busca de conhecimento e recursos para resistir às mudanças da *Fortuna*. Além disso, há uma interconexão vital entre conhecimento, leis e exércitos bem treinados e disciplinados na construção de uma governança eficaz, independentemente da idade ou da natureza do Estado no pensamento de Maquiavel. Nesse sentido, “em vez de permanecer ocioso durante os anos de paz, [o príncipe] deve esforçar-se por acumular cabedais que lhe sejam úteis no infortúnio, a fim de, em mudando a sorte, estar preparado para resistir-lhe aos golpes” (Machiavelli, 2019, p. 91). É crucial dedicar-se diligentemente à arte da guerra, mesmo durante tempos de paz. Isso envolve a preparação para resistir aos desafios futuros e adaptar-se às mudanças da *Fortuna*.

Cumprir dedicar-se com afinco aos mistérios da guerra, sobretudo em tempos de paz. Pode-se fazer de duas maneiras: pelas ações e pelo estudo. Pelas ações, conservando os seus exércitos, bem disciplinados e adestrados [...]. Quanto, porém, ao estudo, deve o príncipe ler a História, meditar nas ações dos homens ilustres, examinar como se portaram nas guerras, investigar as causas das suas vitórias e derrotas, para fugir destas e obter aquelas. Releva-lhe, sobretudo, escolher entre os mais celebrados heróis da Antiguidade um modelo, cujas façanhas lhe estejam sempre vivas na memória (Machiavelli, 2019, p. 89-90).

Maquiavel destaca que a manutenção de um Estado eficaz repousa sobre um alicerce sólido de formação, moldado por leis bem concebidas e sustentado por uma preparação contínua. Esse alicerce, que integra estudo e legislação consistente, é fundamental para sustentar qualquer tipo de Estado, seja ele novo, antigo ou uma mescla de ambos, atuando como o pilar essencial da efetividade governamental. O exemplo de Filipômenes, príncipe dos acaianos, ilustra essa necessidade de vigilância e preparação constantes (Machiavelli, 2019). Mesmo em tempos de paz, Filipômenes dedicava-se ao aprimoramento de estratégias militares, acumulando recursos e conhecimentos indispensáveis para enfrentar crises.

De forma análoga, Maquiavel argumenta que um líder ou Estado eficaz deve estar sempre preparado para imprevistos, garantindo uma base sólida de recursos e saberes. Como ele observa: “Filipômenes, príncipe dos acaianos, entre os demais louvores que mereceu aos escritores, tem o de não haver pensado noutra coisa em tempos de paz senão nos modos de fazer a guerra” (Machiavelli, 2019, p. 90). Essa postura evidencia a importância da acumulação de recursos e conhecimentos estratégicos que possam ser mobilizados em momentos de crise, reafirmando a necessidade de preparação constante para garantir a eficácia e a estabilidade do governo.

O estudo da história é uma ferramenta estratégica e essencial para a liderança eficiente. A análise das ações de figuras notáveis e dos eventos históricos, em tempos de guerra e paz, capacita o governante a extrair lições do passado, compreender as causas de vitórias e derrotas, evitar erros recorrentes e traçar

caminhos para o sucesso - garantindo que os erros do passado não ressurgam no presente sob novas formas. Esse conhecimento teórico complementa a preparação prática, fortalecendo os alicerces de uma governança eficaz e sólida. Nesse sentido, a relação entre exércitos bem treinados e disciplinados, conhecimento, leis e estudo da história emerge como elementos fundamentais na filosofia política de Maquiavel sobre governança e liderança, demonstrando sua abordagem realista e pragmática para os desafios que um príncipe pode enfrentar.

Na medida em que Maquiavel aborda a política de forma pragmática e a compara com o conhecimento histórico, fornece orientações práticas para a ação política em um contexto real. É importante notar que na época em que ele escreveu *O Príncipe*, o tipo ideal de líder político que ele descreveu: o *condottiero* ideal, não existia na realidade italiana. O *condottiero* ideal “não se apresentava ao povo italiano com características imediatas e objetivas, mas era uma pura abstração doutrinária, o símbolo do líder; [...] este é convocado para vir a existir” (Gramsci, 1991, p. 4). Esse líder era uma ideia abstrata, um símbolo do líder político que deveria ser criado ou convocado para a realidade política.

A convocação para a existência, tal como delineada em *O Príncipe*, projeta Maquiavel como um defensor e catalisador de uma reforma abrangente, englobando esferas intelectuais, morais e econômicas, com o objetivo de instaurar um novo Estado. Nesse contexto, o líder governante surge como a personificação ativa e dinâmica desse propósito, encarregado de conceber e guiar as interações dentro do paradigma estatal proposto. A prudência, portanto, requer que se escolham os caminhos previamente trilhados por grandes líderes e se busque replicá-los, mesmo que a fidelidade estrita a esses caminhos seja impraticável e a total emulação inatingível. No entanto, ainda assim, há muito a ser aproveitado da imitação dessas trajetórias, mesmo que não se alcance uma correspondência perfeita com elas.

Quase sempre, as vias trilhadas por outros, procedendo em suas ações por imitação, e não lhes sendo possível conservar-se perfeitamente dentro das raias representadas pela trajetória de outros, nem acrescentar algo às qualidades [virtù] daqueles a quem imitam, deve um indivíduo prudente enveredar sempre pelos caminhos palmilhados por grandes vultos e tomar como exemplo os que mais insignes foram, a fim de que, ainda quando não chegue a igualá-los, possa ao menos aproximar-se-lhes (Machiavelli, 2019, p. 40).

É prudente inspirar-se em bons exemplos de notáveis que se distinguem por sua eminência. Aqueles que agem com moderação, demonstrando sempre cautela em suas ações, têm maior probabilidade de encontrar o equilíbrio em suas atitudes, evitando o excesso ou a falta. Nesse contexto, Maquiavel ressalta determinados atributos que um príncipe deve projetar, independentemente de possuí-los intrinsecamente: transmitir a imagem de integridade, a imagem de alguém dotado de misericórdia, a imagem de humanidade, a imagem de sinceridade e a imagem de homem religioso. Esse raciocínio, como explicado por Skinner (1996, p. 156), é subversivo porque “Maquiavel levanta uma questão que, conforme já vimos, tinha merecido o mais atento exame na literatura de aconselhamento destinada aos



podestà e demais magistrados das cidades-Estado: se é melhor ser amado ou temido”.

Até aqui, esse dilema se resolvia, invariavelmente, da mesma forma. Já que se entendia que infligir medo ao próximo constituía uma forma de crueldade, e que essa era considerada um vício desumano, sempre se pedia ao governante que procurasse antes ser amado que temido. Mas Maquiavel se empenha no ponto de vista contrário. Instando seu leitor a evitar resolutamente as virtudes convencionais, afirma que ‘é muito melhor seres temido que amado, se não puderes ser ambas as coisas’ (Skinner, 1996, p. 156).

Independentemente de inspirar amor ou temor, a prudência desempenha um papel igualmente fundamental na liderança política eficaz. O príncipe prudente possui discernimento para avaliar as circunstâncias e antecipar possíveis consequências de suas ações, a fim de tomar decisões bem fundamentadas. A prudência implica a capacidade de compreender o ambiente político, considerar os riscos e benefícios de cada medida e aprender com a história. Maquiavel destaca que um governante prudente precisa ser capaz de evitar erros graves, prever problemas e manter a estabilidade do Estado.

A habilidade de tomar decisões equilibradas, levando em conta o contexto e as consequências, é uma característica que Maquiavel enxerga como indispensável para um líder que busca o sucesso político e a conservação do poder. Apesar de reconhecer a importância da *Virtù* e da prudência, Maquiavel também enfrenta questões morais e éticas inerentes ao exercício do poder. O pragmatismo do autor denota uma racionalidade política: a relação custo-benefício entre as vantagens obtidas e as ações incorridas, levando em conta igualmente as opções que possui e as que são deixadas de lado na manutenção ou conquista do poder.

Para Maquiavel, como para os outros humanistas, o conceito de *virtit* (*virtù*) serve dessa forma para indicar a qualidade indispensável que capacita um príncipe a vencer as pedras e setas da enfurecida Fortuna, e a aspirar assim à obtenção da honra, glória e fama; isso se evidencia com muita nitidez em seu capítulo ‘Por que os príncipes de Itália perderam seus Estados’. Aqui ele prevê todos os novos príncipes, se desejam alcançar ‘a dupla glória’ que resultará de ter fundado um principado novo e de lhe consolidar a existência, que ‘os únicos meios bons, certos e duradouros’ a utilizar são ‘aqueles que dependem de tuas próprias ações de tua *virtit* (*virtù*)’. O mesmo tom ressurgue, ainda mais vigoroso, no capítulo final do Príncipe, na ‘exortação’ de Maquiavel aos Medices para que ‘livrem a Itália das mãos dos bárbaros’. Depois de assegurar-lhes que sua ‘ilustre casa’ possui ‘fortuna e *virtit* (*virtù*)’, afirma não haver alguém mais capacitado que eles a conduzir a Itália a sua redenção (Skinner, 1996, p. 142).

Maquiavel compreende que em determinadas situações, ações que podem ser consideradas cruéis ou injustas podem ser necessárias para a preservação do Estado ou para sua conquista. Ele argumenta que o líder precisa priorizar a estabilidade do

governo e a segurança do Estado, mesmo que isso signifique tomar medidas que à primeira vista, possam parecer questionáveis do ponto de vista moral. Maquiavel coloca o interesse do Estado acima de considerações éticas, fundamentando sua visão na realidade política e nas circunstâncias complexas em que os líderes se encontram.

Aqueles que buscam manter ou conquistar o poder não podem depender apenas da cautela, mas também precisam contar com um exército eficaz. O uso da força é fundamental para a estabilidade de qualquer Estado, tornando-se um dos alicerces primordiais. O autor enfatiza que mesmo com leis bem elaboradas, a eficácia delas é comprometida na ausência de uma força militar competente. De acordo com Negri (2002), as armas e o senso junto são os instrumentos que sustentam o poder, garantem a eficácia das regras e estabelecem a autoridade do governante.

A mutação é algo irresistível e irreprimível? Ou existe uma segunda definição da verdade como possibilidade de modificar essa lógica? Esta segunda definição existe: ela reside na força, ou melhor, na síntese entre a prudência e as armas. [...] As “armas” e o “senso” são, pois, em conjunto, os instrumentos da existência do poder, da eficácia dos ordenamentos, da autoridade da signoria (Negri, 2002, p. 58-59).

É tido como virtuoso o príncipe que preserva um corpo militar constituído por seus próprios cidadãos. Nessa perspectiva, o Estado diminui a necessidade de depender da própria sorte para sua preservação, e institui um sistema que adequadamente aplicado, confere-lhe a capacidade de dirigir seu próprio rumo. Em contrapartida, um líder que confie exclusivamente em tropas auxiliares e mercenárias para a defesa do Estado estará sujeito à instabilidade, futuro incontrollável e inteiramente sujeito às variações imprevisíveis da *Fortuna*. Então, intui-se que a prudência isoladamente não atinge a *Virtù*, uma vez que a habilidade de reconhecer o momento propício e agir com discernimento sobre este carece de astúcia na ausência da força militar.

Portanto, um príncipe desprovido das armas encontra-se vulnerável ao acaso, sujeito à possibilidade de ser surpreendido a qualquer momento por aqueles que detêm uma milícia. A *Fortuna*, como bem observou Maquiavel, é uma força poderosa na política, e um líder desarmado está à mercê de seus caprichos. A força militar, por sua vez, oferece ao príncipe um instrumento para moldar a *Fortuna*, em vez de ser por ela moldado. Contudo, as armas por si só também não são uma garantia de sucesso. Sua utilidade está diretamente ligada à forma como são empregadas. Um exército mal comandado ou utilizado em circunstâncias inadequadas pode se tornar um fardo em vez de um ativo.

Desse modo, a virtude do príncipe reside na capacidade de equilibrar a força militar com a prudência política, utilizando as armas como um instrumento a serviço do Estado e não como um fim em si mesmo. As bases fundamentais que sustentam os Estados, independentemente de sua natureza - recentes, antigos ou híbridos - estão nas leis bem formuladas e em um exército robusto. As leis fornecem a estrutura legal e moral do Estado, enquanto o exército garante a sua segurança e



independência. Quando combinados, esses elementos conferem ao príncipe a força necessária para enfrentar os desafios internos e externos.

Maquiavel ressalta que a habilidade estratégica do líder, sua inteligência e astúcia são fundamentais para manter um exército eficaz e tomar decisões calculadas, especialmente diante das incertezas da política, que ele denomina *Fortuna*. A combinação de astúcia, força militar e gestão inteligente dos recursos disponíveis oferecem lições essenciais para a governança e estabilidade do Estado. Essas reflexões ganham ainda mais relevância quando aplicadas ao exercício do poder principesco, como será explorado na próxima seção, com foco na experiência de Florença sob o domínio da família Médici e os desafios que moldaram as ideias de Maquiavel.

### Governança à luz das lições de Maquiavel

Nesta seção, acompanhamos a evolução do pensamento político de Maquiavel, mergulhando na experiência de Florença sob o domínio dos Médici. Ao analisar o poder principesco e os desafios enfrentados pelos governantes daquela época, buscamos compreender como os eventos históricos moldaram as ideias que tornaram *O Príncipe* uma obra fundamental para a reflexão sobre a política, tanto no passado quanto no presente. Nesse contexto, os princípios de Maquiavel, voltados primordialmente para os príncipes, ganham destaque, especialmente no que diz respeito ao novo líder da família Médici, Lorenzo, o Magnífico.

O poder principesco instaurado pelos Médici representava um modelo de governo centrado no controle político nas mãos de um líder ou família, em contraste com o sistema republicano anterior, em que o poder era distribuído entre várias instituições e cidadãos. “A família Médici se assenhorou do poder em Florença a partir de 1434, instaurando um poder principesco em lugar da República” (Salatini; Del Roio, 2014, p. 205). Sob o domínio dos Médici, Florença experimentou significativas mudanças em sua estrutura de governo, com a família desempenhando um papel decisivo nas tomadas de decisão políticas e na condução dos assuntos da cidade.

Foram anos gloriosos, mas não sem oposição política. A invasão francesa, em 1494, possibilitou a derrocada dos Médici e a restauração da República, não sem antes a cidade passar pela experiência política do monge Savonarola. Apenas com Pier Soderini pareceu a república florentina resgatar a estabilidade republicana, mas por pouco mais de uma década apenas, até que os exércitos espanhóis viessem a expulsar os franceses da Itália e a impor novamente o domínio dos Médici na cidade, os quais se assenhoram também do Papado no ano seguinte, com Leão X (Salatini; Del Roio, 2014, p. 205).

A transformação política exercida pela família Medici em Florença trouxe estabilidade em certos aspectos, mas também gerou controvérsias e conflitos, uma vez que alguns cidadãos viam com desconfiança a concentração de poder nas mãos de uma única família. A ascensão dos Médici marcou um período de grande influência na política florentina, culminando em uma dinastia que se estendeu por

várias gerações e que teve um impacto duradouro na história da cidade e da Itália renascentista. Em 1454, o acordo conhecido como Paz de Lodi estabeleceu uma relativa estabilidade entre os diversos Estados italianos após um longo período de turbulência, que remontava pelo menos ao retorno do Papado a Roma em 1378.

A reconfiguração da Itália em um campo de disputa entre os Estados territoriais emergentes na Europa na segunda metade do século XV abalou esse equilíbrio, inaugurando uma nova fase de confrontos que, no final das contas, colocou os Estados italianos em uma posição subordinada aos acontecimentos no contexto europeu. Esse período histórico, que se estende do final do século XV às primeiras décadas do século XVI, marcou o surgimento da política como um campo autônomo de ação prática e teórica, uma vez que testemunhou a centralização do poder político no âmbito estatal. Esse processo ocorreu simultaneamente ao aumento da autonomia do capital mercantil, porém, sem contestar o poder político-econômico da nobreza feudal.

Maquiavel é então expressão magna desse período histórico crucial para a Itália, a Europa e o mundo. Nascido em 1459, Maquiavel contou com sólida formação humanista e foi chamado a trabalhar na chancelaria da República em 1498. Foi assim homem de Estado entre 1498 e 1512, ou seja, enquanto durou o governo de Soderini. Com o retorno dos Medici ao poder, Maquiavel viu-se obrigado a se tornar um intelectual *stritu sensu*, um estudioso e escritor, sem ter nunca escondido a sensação de exílio interno, de cárcere (Salatini; Del Roio, 2014, p. 205).

Conforme destacado, Maquiavel foi profundamente marcado pelo contexto político de sua época e por sua sólida formação humanista, que moldaram sua visão crítica sobre a natureza do poder e a governança. Esse pano de fundo histórico e intelectual é refletido de maneira notável em sua obra *O Príncipe*, que ultrapassa uma simples análise das virtudes humanas atribuídas aos governantes. Maquiavel explora de forma singular os aspectos morais e religiosos que moldam tanto os líderes quanto a sociedade como um todo, propondo uma abordagem racional e pragmática da política, na qual os fins podem justificar os meios, uma lógica que dialoga com sua reflexão sobre se é mais vantajoso para o príncipe ser amado ou temido.

Para Maquiavel, o temor é uma ferramenta mais segura, pois é mais fácil trair ou enganar quem nos ama do que quem nos teme: “Na minha opinião, conviria ser ambas as coisas. Dada, porém, a dificuldade de preencher alguém esse duplo requisito, o mais vantajoso é ser temido” (Machiavelli, 2019, p. 100). Esse pensamento reflete a pragmática maquiaveliana, que prioriza a eficácia política, sugerindo que, diante da impossibilidade de se ser amado e temido simultaneamente, a estratégia mais confiável para a manutenção do poder é inspirar temor. Assim, o pensamento do autor se insere no debate atemporal sobre como a virtude política pode ser exercida em benefício do Estado.

O dilema sobre a relação entre temor e virtude se entrelaça com a discussão sobre a generosidade no governo, um ponto abordado nos primeiros livros de conselhos, que enfatizam a importância da generosidade em um governante. “O

príncipe, deve acima de tudo ter largueza, já que ‘a razão persuade’ e ‘a experiência prova’ que, num homem ‘a quem falte a largueza (mercy), todas as demais virtudes se perdem e perdem seu justo louvor” (Skinner, 1996, p. 249). A relação entre formação moral e eficácia governamental, explorada por Maquiavel, permanece um tema fundamental na compreensão das complexidades da liderança política e na tomada de decisão. “O padrão de tópicos coberto nesses primeiros livros de conselhos ainda pode ser discernido, em alguma medida, até nas mais sofisticadas entre as contribuições posteriores ao mesmo gênero, como é o caso do Príncipe, de Maquiavel” (Skinner, 1996, p. 55).

Um exemplo específico dessa continuidade podemos obter quando se discute, no final do Olho pastoral, se um podestà sempre deveria agir estritamente dentro da justiça, ou se às vezes deveria temperar suas sentenças, por um lado com a clemência, por outro com a severidade (pp. 124-5). João de Viterbo considera o mesmo dilema, dedicando três dos seus capítulos mais longos à questão de se um podestà ‘deveria querer ser temido mais do que amado’, ou ‘amado bem mais que temido’. [...] Mas a principal via pela qual esses primeiros livros de conselhos contribuíram a fixar um padrão para a literatura posterior dos ‘espelhos dos príncipes’ esteve na ênfase que colocaram na questão de quais virtudes deveria possuir um bom governante (Skinner, 1996, p. 55).

Ao adotar uma abordagem pragmática da política e confrontar com sua reflexão fundamentada em elementos históricos, Maquiavel orienta a conduta política dentro de um contexto concreto e ancorado na realidade. O foco principal de sua teoria não está na análise de uma espécie ideal de Estado, mas sim na investigação do fenômeno do poder, que se manifesta na estruturação da instituição estatal. Maquiavel busca entender o modo pelo qual as organizações políticas surgem, evoluem, mantêm-se e eventualmente entram em declínio, destacando a influência fundamental dos governantes nesse processo.

Nesse sentido, a filosofia política de Maquiavel nos convida a enxergar a política não como uma abstração, mas como uma parte intrínseca da vida humana, repleta de complexidades, desafios e conquistas tangíveis. Sua ênfase na imanência política nos lembra que a construção de sistemas políticos e a busca pela liberdade são empreendimentos moldados por ações concretas, decisões e lutas contínuas: “A vida política é instável: a república não é uma fundação ideal, mas fruto da luta contínua dos homens” (Bercovici, 2008, p. 58-59). Nesse contexto, o líder, ou *condottiero*, assume um papel fundamental, direcionando a vontade coletiva em busca de objetivos políticos específicos.

Portanto, conforme o exposto, o *condottiero* representa essa vontade coletiva, orientando-a para um fim político determinado. “Em todo o livro Maquiavel mostra como deve ser o Príncipe para levar um povo à fundação do novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo científico” (Gramsci, 1991, p. 4). A abordagem rigorosa e científica de Maquiavel na exploração desses conceitos oferece uma base sólida para a compreensão da gramática da política e da governança, continuando a ser um referencial importante na reflexão

filosófica sobre o poder e sua manutenção na seara política. Em última análise, Maquiavel nos desafia a encarar a política como uma parte intrínseca e concreta da experiência humana, destacando a importância de abordá-la com realismo, pragmatismo e estratégias eficazes.

## Conclusão

Maquiavel se insere em um momento histórico decisivo, marcado pela autonomização da política e pela centralização do poder nos Estados. Seu pensamento foca na realidade material e na prática política, rejeitando abstrações. Ele argumenta que os objetivos humanos devem ser terrenos e que a política é instável, determinada pela constante luta entre os homens. O autor também explora como o comportamento humano é moldado pela interação entre fatores internos e externos, destacando a influência da *Fortuna* e da *Virtù*. A *Fortuna*, com seus aspectos imprevisíveis, impacta os acontecimentos, enquanto a *Virtù* enfatiza a capacidade do indivíduo de agir estrategicamente para moldar sua trajetória, superando obstáculos e aproveitando oportunidades.

Essa perspectiva nos desafia a superar análises idealizadas, abordando a política em sua complexidade intrínseca. Governantes e liderados são movidos por motivações diversas, muitas vezes influenciadas por interesses particulares e circunstâncias concretas. Para compreender plenamente a política, é necessário explorar tanto a psicologia humana quanto as dinâmicas concretas da realidade política. Essa reflexão oferece ferramentas essenciais para interpretar a política contemporânea, que frequentemente lida com as mesmas tensões entre liderança e autonomia individual.

No cenário atual, a manipulação da percepção pública por meio da construção de narrativas e da exploração das aparências tornou-se uma prática recorrente. Exemplos como os ataques às sedes dos Três Poderes em 08 de janeiro de 2023 foram um atentado à democracia brasileira. A destruição de patrimônio público, a invasão de espaços institucionais e a tentativa de subverter a ordem constitucional representaram um golpe contra o Estado de Direito e as liberdades individuais. A filosofia política nos ensina que a realidade e a verdade nem sempre coincidem. Assim como um indivíduo pode criar uma imagem idealizada de si mesmo, um líder político pode construir uma realidade alternativa para influenciar a opinião pública.

Persuadir na política pode ser uma prática essencial e valiosa, desde que conduzida de maneira ética e respeitosa. A persuasão é um instrumento que quando bem utilizado, promove o diálogo democrático, permitindo que líderes apresentem ideias, argumentem com transparência e mobilizem apoio para causas que beneficiem o coletivo. Contudo, Maquiavel nos alerta para os perigos da manipulação e do uso inadequado das aparências, lembrando que a persuasão pode se tornar desrespeitosa e antiética ao transformar o outro em uma extensão de si mesmo, anulando-o como sujeito pensante.

Dentro da linha de pensamento da boa persuasão, pode-se argumentar que certos elementos do determinismo social, como os contextos culturais, históricos e

econômicos em que as pessoas estão inseridas, moldam profundamente suas percepções, decisões e comportamentos. Embora os indivíduos possuam capacidade de escolha, essas escolhas raramente são feitas de forma isolada: elas são influenciadas por valores predominantes, normas sociais e pelas condições materiais que limitam ou ampliam suas possibilidades. A boa persuasão reconhece, portanto, que os seres humanos estão imersos em estruturas sociais que muitas vezes, tornam certas ideias mais aceitáveis ou compreensíveis do que outras.

Por exemplo, em uma sociedade profundamente desigual, as pessoas podem ser persuadidas a acreditar que certos sacrifícios são necessários para a “estabilidade”, mesmo que isso perpetue desigualdades. Nesse caso, a persuasão funciona quase como uma resposta previsível aos determinantes sociais já estabelecidos. No entanto, a boa persuasão não deve explorar essas condições para manipular ou subjugar, mas sim para oferecer novos horizontes de compreensão que ajudem as pessoas a transcender as limitações impostas pelo meio. O objetivo é não reforçar o determinismo, mas desafiá-lo, incentivando uma visão mais crítica e emancipatória, que possibilite escolhas mais livres e conscientes, mesmo diante de condições adversas, evitando que o passado problemático se repita no presente, sob nova roupagem.

Na política, a linha entre persuadir e manipular pode ser tênue. Estratégias que desrespeitam a autonomia individual ou servem apenas a interesses particulares corroem a confiança nas instituições e comprometem os pilares democráticos. Por isso, é essencial equilibrar a eficácia da liderança com o respeito à liberdade de escolha e à participação democrática, reconhecendo a autonomia individual como base da convivência social e da promoção do bem coletivo. Uma liderança ética deve ir além da eficácia estratégica, alinhando-se aos princípios democráticos, valorizando o pensamento crítico e respeitando a individualidade dos cidadãos. Dessa forma, a persuasão deixa de ser um instrumento de dominação para se tornar um meio legítimo de engajamento, essencial para uma política saudável e inclusiva.

Em última análise, Maquiavel nos convida a examinar criticamente como a influência política é exercida, reconhecendo a complexidade das relações entre líderes e sociedade. Ele alerta para o poder das aparências e os riscos da manipulação, mas também destaca a necessidade de um governante sagaz e estrategista. Para além das ferramentas do marketing político, a liderança ética deve se alinhar aos princípios democráticos, valorizando o pensamento crítico e a individualidade dos cidadãos. Só assim será possível construir um ambiente político que respeite a autonomia de cada indivíduo e promova o bem coletivo, evitando os perigos que surgem da manipulação e da ilusão política.

## Referências

- BERCOVICI, Gilberto (2008). *Soberania e Constituição: Para uma crítica do constitucionalismo*. São Paulo: Quartier Latin.
- GRAMSCI, Antônio (1991). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MACHIAVELLI, Niccolò. (2019). *O príncipe - Maquiavel: com notas de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia*. tradução de Mário e Celestino da Silva. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- NEGRI, Antonio (2002). *O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Trad.: Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A.
- SKINNER, Quentin (1996). *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SALATINI, Rafael & Del Roio, Marcos (2014). *Reflexões sobre Maquiavel*. São Paulo: Cultura Acadêmica.



*Recebido em agosto de 2023*

*Aceito para publicação em novembro de 2023*